

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA NO CARGO DE
AUDITOR
EDITAL Nº 2 – TCE/ES, DE 22 DE AGOSTO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO torna pública a **retificação** dos requisitos para o cargo, constantes do **item 2**, da **alínea “a”** do **subitem 9.1**, dos Conhecimentos Básicos referentes a **Língua Inglesa, Controle da Administração Pública, Economia, Legislação aplicável ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, constantes do subitem **14.2.1.1**, e dos Conhecimentos Específicos referentes a **Contabilidade Governamental, Direito Civil, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Financeiro, Noções de Fiscalização de Obras Cíveis, Rodoviárias e Hídricas, Noções de Fiscalização de Contratos de Tecnologia da Informação**, constantes do subitem **14.2.1.2**, do Edital nº 1 – TCE/ES Auditor, de 9 de agosto de 2012, publicado no *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, que passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

[...]

2 DO CARGO

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

[...]

9 DAS PROVAS DISCURSIVAS

9.1 [...]

a) prova discursiva P_3 – duas questões, a serem respondidas em até 20 linhas cada, acerca dos conhecimentos básicos **de Controle da Administração Pública e de Legislação Aplicável ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, constantes do subitem 14.2.1.1 deste edital;

[...]

14.2.1.1 CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA INGLESA: 1 Compreensão de textos em Língua Inglesa.

[...]

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

[...] 8 Lei nº 8.429/1992 e alterações (Lei de Improbidade Administrativa).

[...]

ECONOMIA:

[...]1.6.1 **Necessidade de Financiamento do Setor Público.**

[...]

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

[...] 5 Lei nº 8.666/1993 e alterações. [...] 8 Lei nº 4.320/1964 e alterações.

[...]

14.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: 1 Lei Federal nº 4.320/1964 e alterações. **2 Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16.1 a 16.11); 3 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP (Parte IV do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN); 4 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN); 5 Orçamento público. 5.1** Elaboração, acompanhamento e fiscalização. **5.2** Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. **5.3** Plano Plurianual. **5.4** Projeto de Lei Orçamentária Anual: elaboração,

acompanhamento e aprovação. **5.5** Princípios orçamentários. **5.6** Diretrizes orçamentárias. **5.7** Processo orçamentário. **5.8** Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público. **5.9** Normas legais aplicáveis. **5.10** Receita pública: categorias, fontes, estágios. **5.10.1** Dívida ativa. **5.11** Despesa pública: categorias, estágios. **5.12** Suprimento de fundos. **5.13** Restos a pagar. **5.14** Despesas de exercícios anteriores. **5.15** Conta única do Tesouro. **5.16** Tomadas e prestações de contas. **6** Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

[...]

DIREITO CIVIL:

[...] 20 Direitos reais de garantia. **21** Direito das sucessões. **21.1** Sucessão em geral. **21.2** Sucessão legítima. **21.3** Sucessão testamentária. **21.4** Inventário e partilha. **22** Lei nº 8.078/1990 e alterações (Direito das relações de consumo). **22.1** Consumidor. **22.2** Fornecedor, produto e serviço. **22.3** Direitos básicos do consumidor. **22.4** Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. **22.5** Práticas comerciais. **22.6** Proteção contratual. **23** Lei nº 6.766/1979 e alterações (Parcelamento do solo urbano). **24** Lei nº 6.015/1973 e alterações (Registro de imóveis). **24.1** Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. **24.2** Procedimento de dúvida. **25** Lei nº 8.245/1991 e alterações (Locação de imóveis urbanos). **25.1** Locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.

[...]

DIREITO PENAL:

[...] 3.26 Lei nº 9.605/1998 e alterações (Crimes contra o meio ambiente). [...] 10 Lei nº 9.613/1998 e alterações (Lavagem de dinheiro).

[...]

DIREITO ADMINISTRATIVO:

[...] 7.7.1 Lei nº 8.666/1993 e alterações. [...] 9.8 Lei nº 8.429/1992 e alterações (Lei de Improbidade Administrativa).

[...]

DIREITO TRIBUTÁRIO:

[...] 13.2 Lei nº 6.830/1980 e alterações. [...] 15.4 Lei nº 8.137/1990 e alterações.

[...]

DIREITO FINANCEIRO:

[...] 4.4 Lei nº 4.320/1964 e alterações.

[...]

NOÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS CIVIS, RODOVIÁRIAS E HÍDRICAS:

[...] 2 Especificação de serviços: terraplanagem (corte, aterros, bota-fora etc.); pavimentação (reforço do subleito, sub-base, base e revestimento asfáltico); drenagem; fundações (incluindo análise de sondagens); **edificações e obras estruturais** (concreto armado, estruturas metálicas etc., incluindo coberturas); obras de arte especiais; barragens; bueiros; principais equipamentos utilizados.

[...]

NOÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 1 Legislação aplicável à contratação de bens e serviços de TI: Lei nº 8.666/1993 e alterações; Lei nº 10.520/2002. 2 Gestão de segurança da informação: normas NBR ISO/IEC nº 27.001:2006 e 27.002:2005.

[...]

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Conselheiro Presidente